

Atuação da PGR deu ênfase à defesa de direitos humanos e do meio ambiente

Seja na esfera judicial ou no envolvimento em projetos, a PGR buscou garantir proteção dos direitos de populações indígenas, transgêneros, mulheres e migrantes

A proteção dos direitos fundamentais do cidadão teve lugar de destaque nos últimos 12 meses de atuação do MPF, sobretudo em matérias relacionadas à populações indígenas e tradicionais, presos, mulheres, transgêneros e migrantes. O trabalho em prol dos direitos humanos ocorreu em várias frentes, passando pelos âmbitos civil, criminal e eleitoral. No STF, por exemplo, a PGR pediu o desarquivamento de processos e acompanhou casos relacionados aos crimes cometidos na Ditadura Militar. Também instaurou procedimentos para acompanhar os pedidos de extradição recebidos pelo Brasil e o cumprimento, pelos países requerentes, das garantias previstas na Constituição Federal para brasileiros que cumprem pena no exterior.

No período, Raquel Dodge também atuou para revogar a Portaria nº 1129/2017, do Ministério do Trabalho, que restringiu o conceito de trabalho escravo. Para ela, exigir o cerceamento de liberdade de locomoção do trabalhador como condição para a configuração desse crime é um retrocesso à garantia constitucional de proteção à dignidade do ser humano. Outra frente de atuação foi no sentido de garantir a divulgação, sem a prévia autorização do ministro do Trabalho, da “lista suja” das empresas autuadas por manter trabalhadores em condição análogas à de escravidão.

A defesa dos direitos de indígenas e imigrantes também foi objeto da atuação das secretarias vinculadas ao Gabinete de Raquel Dodge. Um dos casos foi o envio de reclamação ao STF pedindo a suspensão imediata da sentença que determinou a reintegração de posse da fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Caarapó (MS), em desfavor dos indígenas Guarani-Kaiowá. Em outro caso, o STF atendeu o pedido do MPF para conceder liminar que impediu a reintegração de posse das fazendas Água Branca e Capão das Araras, ocupadas pela comunidade indígena Terena.

A atuação da PGR também foi decisiva para a criação do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, que garante a imigrantes acesso a emprego e a serviços públicos básicos no Brasil, como o atendimento em unidades de saúde e vagas nas escolas. Na esfera judicial, Raquel Dodge se manifestou contra pedido do governo estadual de Roraima que pretendia fechar temporariamente a fronteira do Brasil com a Venezuela. Outro marco da gestão foi a instalação do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid) pelo Ministério Público brasileiro, que já conta com uma base de 60 mil registros de um total de 82 mil pessoas desaparecidas no Brasil. No período de um ano, com o auxílio do sistema, foi possível identificar cerca de 700 pessoas desaparecidas.

Educação e meio ambiente - Em parceria com a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e com os procuradores-gerais de Justiça, Raquel Dodge também tem atuado para garantir que mais de R\$ 90 bilhões de precatórios do antigo Fundef sejam efetivamente destinados à melhoria do ensino básico de crianças e adolescentes matriculados na rede pública. Resultado de uma ação civil proposta pelo MPF, a determinação estaria sendo descumprida por parte dos quase 4 mil

municípios destinatários desses recursos. Entre as irregularidades verificadas, está a utilização de parte da verba para o pagamento de honorários advocatícios.

Na área ambiental, o MPF participou pela primeira vez do Fórum Mundial da Água (FMA), realizado em março. Na ocasião, a PGR anunciou a criação do Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente, que já conta com a adesão de MPs de 16 países. O organismo visa promover o intercâmbio de informações entre os integrantes, assim como o compartilhamento de experiências em investigações, processos e sanções na área ambiental. Para Raquel Dodge, a defesa do meio ambiente não é uma opção, mas um princípio constitucional que demanda diálogo, inclusive com o Poder Judiciário.

A atual gestão também deu amplo apoio ao projeto Amazônia Protege, que busca garantir a responsabilização civil de quem desmata o bioma, além de reparação do dano ambiental. Para isso, designou 23 procuradores da República em nove estados que vão analisar mais de 1,5 mil laudos periciais produzidos na segunda fase do projeto. A ideia é propor ações civis públicas contra aproximadamente 2,3 mil pessoas e empresas identificadas como responsáveis pelos desmatamentos em área igual ou superior a 60 hectares registrados na Amazônia entre agosto de 2016 e julho de 2017.